

Onde querem silêncio e morte, plantamos vozes e lutas: dispositivos de racialidade e necropolítica

Richard Silva dos Santos¹

Maria Julia Macedo de Castro²

Gabriel da Silveira Furtado³

Waldenilson Teixeira Ramos⁴

Resumo

Este ensaio teórico investiga a operação dos dispositivos de racialidade e da necropolítica na sociedade brasileira. A partir da articulação entre o biopoder de Foucault e a necropolítica de Mbembe, analisa-se como o racismo estrutural governa não apenas a vida, mas também a morte, delimitando quais corpos são passíveis de extermínio físico e simbólico. Por meio da análise de dados da violência de Estado e de casos emblemáticos, o estudo demonstra a materialidade desses conceitos no cotidiano. Como contraponto, argumenta-se que a narratividade — na arte, na memória e na literatura — emerge como uma prática política de resistência e insurgência. O artigo conclui que, diante de um projeto de morte, o ato de narrar é uma ferramenta fundamental para a afirmação da vida, da memória e da dignidade negra.

Palavras-Chave: Racismo; Dispositivo; Narrativa; Poder.

1. Introdução

No cenário sociopolítico brasileiro, a operação dos dispositivos de poder revela uma transição do mero controle para uma efetiva valoração diferencial das vidas. Nesse processo, a subjetividade negra é sistematicamente desvalorizada, tornando-se um alvo preferencial de precarização e violência, o que nos convoca a uma análise crítica das ferramentas que sustentam essa lógica.

Para compreender tais mecanismos, recorremos ao conceito de dispositivo de Michel Foucault (2012). Trata-se de um conjunto heterogêneo de discursos, práticas e instituições que opera na sociedade como um instrumento de sujeição. Ao articular saber e poder, os dispositivos garantem que o controle social se infiltre e se aproprie da subjetividade. Foucault (2012) aponta que, enquanto os dispositivos disciplinam o indivíduo no nível micro, a regulação da vida em nível macro ocorre pela biopolítica. Este conceito descreve o exercício do poder sobre

¹ Graduando em Psicologia; Universidade Federal Fluminense; Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; Brasil; silvarichard@id.uff.br.

² Graduanda em Psicologia; Universidade Federal Fluminense; Niterói, Rio de Janeiro; Brasil; mamacedo@id.uff.br

³ Graduando em Psicologia; Universidade Federal Fluminense; Niterói, Rio de Janeiro; Brasil; gafurtado@id.uff.br.

⁴ Mestrando em Psicologia; Universidade Federal Fluminense; Niterói, Rio de Janeiro; Brasil; waldenilsonramos@id.uff.br

populações inteiras, administrando processos como saúde, reprodução e segurança para otimizar a vida e a produtividade do corpo social.

Contudo, a gestão da vida no Brasil racializado exige um conceito complementar. Achille Mbembe (2018) propõe a necropolítica para descrever a face do poder que determina quem deve viver e quem pode morrer. Assim, os dispositivos operam em uma dupla chave: gerenciam vidas e, simultaneamente, legitimam a morte de grupos sociais específicos. Diante desse horizonte, emerge nossa questão central: de que maneira os dispositivos de racialidade operam na sociedade brasileira, articulando práticas de poder e narrativas sociais que precarizam sistematicamente a saúde mental da população negra?

Este trabalho, portanto, investiga como tais dispositivos configuram um campo de violências simbólicas e estruturais. Adotando como eixo a interseção entre biopolítica e necropolítica, buscamos analisar a produção de narrativas e práticas de resistência, contribuindo para a luta antirracista ao desvelar como o poder se inscreve nos corpos e na experiência psíquica.

2. Justificativa e Objetivos

A branquitude, enquanto norma e construção histórico-social, opera como um ideal que subalterniza o que não é branco. Esse padrão se infiltra nas diversas camadas sociais por meio de um dispositivo de racialidade, que estabelece quem pertence ao "ser" e quem é relegado ao "não-ser" (Bento, 2022). Tal dispositivo manifesta-se desde a infância, inscrevendo marcas de violência nos corpos negros e perpetuando um ciclo de exclusão. Como argumenta Sueli Carneiro (2023), no polo subordinado da racialidade, as desvantagens se acumulam e associam fatores diversos para inscrever a negritude "sob o signo da morte".

A partir de uma perspectiva da Psicologia Social Crítica, este artigo propõe uma reflexão ético-política sobre os impactos dessa estrutura na saúde mental da população negra. O racismo não apenas gera desigualdades, mas assegura que a morte cumpra uma função política: a manutenção da hegemonia da branquitude pela eliminação simbólica e física do outro. Toma-se como escopo de análise os marcadores valorativos que consolidam a supremacia da branquitude e a subalternização dos demais grupos raciais (Bento, 2022) no cenário sociopolítico brasileiro.

Assim, este artigo examina os mecanismos de distinção racial difundidos pelo Estado, que operam na definição de quais vidas devem ser preservadas e quais devem ser abandonadas à morte, alimentando políticas de eugenia e perpetuação das desigualdades. Por conseguinte, investiga-se o potencial da narratividade como instrumento de resistência e insurgência. Nesse sentido, objetiva-se construir um inventário lexical e epistemológico negro que confronte e desestabilize as estruturas discursivas do racismo, fortalecendo práticas narrativas que reivindiquem existência, memória e resistência.

2.1 Caminhos Metodológicos

Este trabalho constitui-se como uma revisão bibliográfica, fruto da articulação entre o Coletivo Autônomo de Produção Acadêmica (CAPA) e as trajetórias de pesquisa dos autores, em diálogo com encontros promovidos na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Nesse percurso, opta-se por destacar os dispositivos de racialidade, entendidos como operadores de uma lógica de desumanização e violência sistemática contra corpos negros e seus modos de existência. Para sustentar essa análise, adota-se como base teórica os estudos de Michel Foucault (2012) sobre os dispositivos e as dinâmicas do poder, articulados às reflexões de Sueli Carneiro (2023), que discute criticamente a racialização desses dispositivos e sua atuação na manutenção das estruturas racistas.

A análise se concentra nas dinâmicas microfísicas do poder e sua interseção com a necropolítica, buscando compreender como os dispositivos de racialidade operam uma lógica de desumanização e violência sistemática contra corpos negros e seus modos de existência. Para sustentar essa análise, adota-se como referencial teórico os estudos de Michel Foucault (2012) sobre os dispositivos e as dinâmicas do poder, articulado às reflexões de Achille Mbembe (2018) sobre necropolítica e Sueli Carneiro (2023) sobre os dispositivos de racialidade.

Diante desse cenário, faz-se necessário identificar caminhos disruptivos que enfrentam tais processos de apagamento e subjugação. Para isso, mobiliza-se a teoria das narrativas de Walter Benjamin (2012), compreendendo a memória e a oralidade como instrumentos de resistência e reconstrução. Assim, este estudo propõe dar centralidade às narrativas negras, resgatando histórias, notícias e experiências que evidenciem as estratégias de enfrentamento ao racismo, bem como os modos de produção de vida que desafiam a violência sistemática da branquitude.

3. Dispositivos de Poder: Da Biopolítica à Necropolítica

Na perspectiva foucaultiana, o poder não é uma entidade fixa ou localizada em um aparato estatal. Pelo contrário, ele se manifesta como uma teia de relações sociais que molda atitudes, práticas e discursos. Sua força reside na capacidade de infiltrar-se no tecido social, atravessando corpos e subjetividades de maneira difusa. Para se sustentar, o poder se vale de mecanismos de dominação, denominados por Foucault (2012) como dispositivos (Moraes, 2018). Estes são estruturas heterogêneas, compostas por discursos, normas, instituições e tecnologias de controle, que permitem a materialização do poder.

Os dispositivos são estruturas heterogêneas, que incluem desde discursos, normas e práticas institucionais até tecnologias de controle e sujeição. Diferente de uma simples estrutura repressiva, um dispositivo atua não apenas no plano físico, mas também no plano simbólico definindo o que pode ser dito, feito e quem pode existir. A escola, por exemplo, disciplina corpos por meio da organização espacial, regras e currículos, moldando sujeitos desde a infância. O sistema penal, por sua vez, não apenas pune, mas classifica e segrega, reforçando hierarquias raciais e sociais. Ambos são exemplos de dispositivos que produzem sujeitos conforme as necessidades de um dado contexto histórico.

Ao direcionar sua análise para além do Estado e suas instituições formais, Foucault nos convida a enxergar como o poder se distribui em redes, afetando a vida cotidiana em múltiplas escalas. É nesse contexto que a biopolítica se insere, como um regime de controle, ao selecionar quais vidas devem ser fomentadas e quais devem ser descartadas. No caso brasileiro, essa seleção se dá através da racialização da biopolítica, na qual determinados corpos, sobretudo os negros, são constantemente empurrados para a margem da existência social.

Trata-se, como argumenta Mbembe (2018), de uma necropolítica, onde a gestão da vida não se limita a governar os vivos, mas a definir quem pode ser exterminado sem que isso gere crise na ordem social. O conceito proposto pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, refere-se ao poder de decidir sobre a vida e a morte dos corpos dentro da esfera política. Em outras palavras, trata-se da “subjugação da vida ao poder da morte” pelo Estado. Esse conceito emerge em diálogo crítico com a teoria do biopoder de Michel Foucault, ampliando-a para dar conta de dinâmicas violentas contemporâneas marcadas por racismo, colonialismo e exclusão.

Para que o Estado exerça esse direito de matar, Mbembe (2018), inspirado em teóricos como Carl Schmitt e Giorgio Agamben, mobiliza os conceitos de "estado de exceção" e "política de inimizade". O estado de exceção suspende a lei e permite ao soberano exercer

violência extrema sem restrições, enquanto o racismo de Estado fornece a justificativa ideológica para a eliminação de grupos tidos como "inimigos".

O resultado dessa engrenagem é a produção de territórios e existências onde grupos inteiros são reduzidos à condição de "mortos-vivos". São vidas destituídas de valor e constantemente expostas à violência letal, em verdadeiros "mundos de morte", como descreve Mbembe (2018). Essa é a radicalização do poder soberano que Foucault já havia identificado, agora ressignificada para operar sobre os corpos racializados.

Nesse contexto, a violência se diferencia do poder. Conforme aponta Hannah Arendt (2001), a violência é instrumental e imediata, enquanto o poder se sustenta pela continuidade da governança. Enquanto o poder atua na dominação subjetiva e corpórea, capturando e moldando indivíduos ao longo do tempo, a violência rompe esse processo, interrompendo vidas sem a necessidade de subjetivação. Na necropolítica, portanto, a violência não é um acidente, mas o próprio objetivo: a eliminação daqueles considerados indesejáveis ao projeto de hegemonia racial.

3.1 A Branquitude e seus Rastros Violentos no Corpo e na Mente

A cena pública brasileira é marcada por uma intensa pluralidade fenotípica e genotípica, refletindo a diversidade étnico-racial do país. No entanto, essa multiplicidade não se traduz em equidade social, pois carrega consigo um passado-colonial que rastreia, subalterniza e desumaniza corpos negros, consolidando um regime de hierarquização racial. Esse processo é evidenciado na reflexão de Érika Farias (2019), para quem “a branquitude é sempre um lugar de vantagem estrutural do branco”, o que a configura como um privilégio racial.

Mais do que uma condição individual, essa vantagem está inscrita nas estruturas institucionais, culturais e econômicas, garantindo benefícios sistemáticos às pessoas brancas e, simultaneamente, restringindo oportunidades e direitos aos grupos racializados. A branquitude, nesse sentido, não se manifesta apenas como um privilégio, mas como um dispositivo de poder, operando de forma invisibilizada para aqueles que o detêm. Como destaca Sueli Carneiro (2023, p. 61), “branquitude e negritude detêm condicionantes diferentes quanto ao viver e ao morrer”.

A materialidade dessa diferença é incontestável. Um estudo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS, 2024) revelou que homens negros têm quatro vezes mais chances de morrer por disparos de arma de fogo em vias públicas do que homens brancos. O dado evidencia a seletividade racial da violência letal e a naturalização da morte negra como um elemento funcional do Estado.

Além de estruturar desigualdades materiais, a branquitude define o ponto de vista hegemônico a partir do qual o "outro" é construído. Frantz Fanon (2008) já apontava que a branquitude se estabelece como o universal, enquanto a negritude é percebida como sua negação particular. O corpo negro só adquire significado em oposição ao ideal branco de humanidade.

Esse imaginário racial se manifesta em interações cotidianas, como no episódio em que um homem branco, ao ser confrontado por um entregador, apontou para a própria pele e afirmou que o jovem negro "tinha inveja" de sua cor (CNN Brasil, 2020). O gesto encapsula a lógica que associa valor à branquitude e relega corpos negros à posição de ressentimento e subalternidade.

A força do dispositivo da branquitude reside em sua aparente invisibilidade. Conforme destaca Lia Schucman (2020), pessoas brancas ocupam uma posição de referência neutra, cuja raça não é tematizada, enquanto negros são constantemente marcados como "o outro". Esse apagamento reforça a branquitude como norma social e perpetua a desigualdade de forma silenciosa.

A violência que emana dessa norma, no entanto, é explícita. O relato do entregador agredido ilustra como a desumanização opera na prática:

Teve um momento que ele cuspiu em mim, jogou a nota no chão e disse que eu era lixo. Na frente da polícia, ele continuou com as agressões, me chamou de favelado. (CNN Brasil, 2020, p. 1).

Termos como "lixo" e "favelado" são acionados para destituir o sujeito de sua humanidade, alinhando-se à lógica necropolítica de que certas vidas são descartáveis. Essa experiência materializa a tese de Sueli Carneiro (2023) de que o dispositivo racial opera por interdições que inscrevem o negro na esfera da "anormalidade", do "não-ser" e da "desrazão".

Essa dinâmica se explicita em discursos que desumanizam corpos negros, reforçando sua exclusão da esfera da cidadania. Um exemplo emblemático dessa lógica foi a declaração do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que, ao referir-se a uma pessoa negra, comparou sua massa corporal a uma medida utilizada para pesar gado. Tal enunciado não apenas reduz o corpo negro a um objeto mensurável, mas reatualiza narrativas coloniais que associam a negritude à bestialidade e à condição sub-humana. Essa retórica evidencia como o racismo opera não apenas na materialidade das desigualdades socioeconômicas, mas também na linguagem e no simbólico, consolidando estruturas de exclusão e violência.

Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas (arroba é uma medida usada para pesar gado; cada uma equivale a 15 kg). Não fazem nada. Eu

acho que nem para procriador ele serve mais... Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”, disse, sob risos da plateia de cerca de 300 pessoas (VEJA, 2017)

Diante do exposto, concebe-se que o racismo atua como um fator determinante para o sofrimento psíquico, o que é tragicamente documentado nos índices de suicídio. Uma cartilha do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018, p. 18) aponta que "jovens negros [são] um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio, devido principalmente ao preconceito, à discriminação racial e ao racismo institucional".

Essa realidade demonstra que as psicopatologias não podem ser compreendidas como fenômenos estritamente biológicos, mas são, em grande medida, efeitos das condições estruturais que moldam a experiência do sujeito na sociedade. O que se produz no plano social reverbera diretamente na saúde mental da população negra, conforme destaca Sueli Carneiro (2023, p. 62) "a racialidade no Brasil determina que o processo saúde-doença-morte apresente características distintas para cada um dos seus vetores".

Essa desigualdade estrutural se reflete nos dados epidemiológicos. Como aponta Figueiredo (2019), “O grupo de maior vulnerabilidade é composto por homens negros mais jovens, com idade entre 10 e 19 anos. O risco de suicídio neste grupo foi 67% maior do que entre adolescentes brancos do sexo masculino”.Esses números evidenciam que a experiência racializada no Brasil não se restringe à exclusão socioeconômica, mas penetra profundamente no campo da subjetividade, produzindo adoecimento psíquico e, em casos extremos, conduzindo à morte. Assim, compreender o impacto da racialidade sobre a saúde mental não é apenas um exercício teórico, mas uma questão urgente de saúde pública e de justiça social.

3.2 A Narrativa como Resistência

Diante dos atravessamentos da malha social, marcada por sua pluralidade, estigmas e disputas, emergem questionamentos ético-políticos que tensionam a violência instaurada pelo dispositivo de racialidade. No entanto, em vez de se restringir à exposição das mazelas, estigmas e violências do cotidiano, este artigo propõe um deslocamento: apostar na potência da vida negra, ancorada na força inestimável do narrar. A experiência da narrativa negra não apenas compartilha percepções sobre o mundo, mas também desvela os mecanismos e dispositivos que segregam, silenciam e ceifam essas vidas.

É nesse liame da narratividade, no encontro entre narrador e ouvinte, que ocorre um intercâmbio vital, capaz de impulsionar lutas, fortalecer resistências e afirmar identidades

negras. Aposta-se, portanto, no papel ético-político da narrativa, que carrega consigo não apenas o fôlego do narrador, mas também do ouvinte, potencializando a construção de uma memória coletiva insurgente.

A branquitude e o dispositivo de racialidade, ao estruturarem as hierarquias sociais, produzem a ausência de espaços de acolhimento para narrativas dissidentes, precarizando a saúde mental da população negra ao selecionar quais corpos terão suas histórias ouvidas e legitimadas. Em contraposição a essa lógica excludente, a confluência de corpos que compartilham experiências e memórias negras se torna uma engrenagem implacável na afirmação de identidades e na construção de pertencimento.

Assim, o diálogo entre narrador e ouvinte não se reduz à mera transmissão de informações, mas constitui um ato de resistência e produção de vida, um movimento que reivindica a centralidade da experiência negra e rompe com o silenciamento imposto pela branquitude. Ainda pode-se considerar que a narrativa

não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. É uma inclinação dos narradores começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, isso quando não atribuem essa história simplesmente a uma vivência própria. (...) seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, se não na qualidade de quem as viveu, ao menos na de quem as relata (BENJAMIN, 2012, p. 221).

Conforme exposto por Walter Benjamin (2012, p. 220), a relação entre narrador e ouvinte não se restringe a uma mera transmissão de informações. Pelo contrário, a narrativa é atravessada por vida(s), pelo encontro entre vivências, tornando-se um espaço em que os sentidos do viver se ampliam e se recriam. Arquitetar experiências em discurso e transmiti-las possibilita a construção de uma “vida viva”, que se metamorfoseia por meio da troca de experiências e imortaliza sonhos e militâncias negras. Nesse panorama, o repasse do vivido torna-se uma força motriz, um fôlego necessário àqueles que enfrentam cotidianamente as opressões impostas pela branquitude.

O entrecruzar das narrativas negras fortalece um movimento antirracista que, por si só, já é inesgotável. No entanto, o narrar extrapola a resistência imediata, permitindo o (re)memorar e o (re)viver, ampliando as possibilidades de existência e continuidade histórica. Como pontua Benjamin (2012, p. 220), “Muito diferente é a narrativa. Ela não se esgota jamais. Ela conserva

suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos”. Assim, a narrativa negra não apenas resgata memórias, mas produz caminhos para a afirmação da identidade e da dignidade afro-brasileira.

Esse processo encontra ressonância na literatura negra, como expõe Conceição Evaristo em entrevista à agência Alma Preta (2020): “Meu material literário está profundamente ligado às experiências da coletividade negra. Abordar na literatura o nosso passado é uma maneira de reivindicar a dignidade no presente e de reafirmar nossa identidade afro-brasileira”. Tal perspectiva evidencia que a narratividade não é apenas um instrumento de resistência, mas um mecanismo de reconstrução subjetiva e coletiva, capaz de afirmar a memória negra como parte inseparável da história e do presente.

4. Um Diagnóstico Sangrento

No contexto brasileiro, a necropolítica se manifesta de forma particularmente evidente nas políticas de segurança pública e em práticas institucionais atravessadas pelo racismo estrutural. O Brasil carrega um legado histórico de violência colonial e escravocrata que estabeleceu vidas hierarquizadas pelo critério racial – um passado que, não foi superado, mas sim ressignificado em novas formas de violência estatal. A escravidão, como destaca Mbembe (2018), pode ser vista como uma das primeiras expressões da necropolítica. O sistema escravista negou aos africanos escravizados a condição de humanos plenos, submetendo-os a um regime em que suas vidas poderiam ser tiradas ou descartadas impunemente.

Mesmo após a abolição, a estrutura social e jurídica brasileira continuou a direcionar a violência contra a população negra, seja por meio da marginalização socioeconômica, seja pela repressão policial. Silvio Almeida (2018) conceitua o racismo estrutural precisamente como esse fenômeno: um racismo enraizado nas instituições e práticas sociais, independentemente da vontade individual, que produz sistematicamente desigualdades e violências contra pessoas negras.

Essa característica estrutural do racismo explica por que determinadas políticas de Estado naturalizam a morte de grupos racializados. De fato, embora a Constituição de 1988 proclame a igualdade de todos e o direito à vida, “no cotidiano alguns cidadãos são considerados pelo Estado aptos a viver e outros marcados para a morte, a partir de um determinante racial” (Araújo, 2019, P. 3026). Em outras palavras, a cor da pele tornou-se um critério informal para a distribuição da morte no país.

Os dados contemporâneos confirmam essa realidade. Segundo estudo da Rede de Observatórios da Segurança, 4.025 pessoas foram mortas por policiais no Brasil em 2023, e dentre os casos com informação de cor/raça, 87,8% das vítimas eram negras. Em estados como Bahia e Pernambuco, essa porcentagem ultrapassa 94%. Tais números escandalosos evidenciam o que movimentos sociais chamam de genocídio da juventude negra: o extermínio desproporcional de jovens negros pelas forças de segurança e outras violências correlatas.

Para a cientista social Silvia Ramos (Cardoso, 2019, p. 1), essa é “a face mais crítica” do racismo no Brasil, pois o preconceito atravessa diversas esferas (educação, saúde, mercado de trabalho), mas tem sua face mais cruel na segurança pública. Isso ocorre porque o imaginário e as práticas policiais foram moldadas por estereótipos racializados: “o policial aprende que deve tratar diferente um jovem branco de terno no asfalto e um jovem negro de bermuda e chinelo na favela... [Nas periferias] todos [os jovens negros] passam a ser vistos como perigosos e possíveis alvos que a polícia, se precisar, pode matar”, explica Ramos (Cardoso, 2019, p. 1).

Em suma, construções sociais de perigo e criminalidade recaem sobre corpos negros, tornando-os “matáveis” aos olhos do Estado – a essência da necropolítica. O imaginário policial é moldado por estereótipos, e nas periferias, jovens negros “passam a ser vistos como perigosos e possíveis alvos que a polícia, se precisar, pode matar” (DOLZAN, 2020). Essa construção social do perigo torna corpos negros “matáveis” aos olhos do Estado.

O assassinato de Evaldo Rosa, músico fuzilado com mais de 80 tiros pelo Exército em 2019, é um caso emblemático dessa lógica. A brutalidade da ação foi amplificada pelo silêncio e pela omissão das autoridades, como noticiou a revista *Veja* na época:

O choro desesperado de Luciana no sepultamento do marido contrastou com o silêncio das autoridades [...]. Rápido para aplaudir os policiais quando matam bandidos, o presidente Jair Bolsonaro não condenou de imediato a ação [...]. Já o governador do Rio, Wilson Witzel, primeiro disse que não lhe cabia fazer juízo de valor [...]. Não houve mensagens oficiais de solidariedade, nem mesmo um modesto pedido de desculpa. (VEJA, 2019, p. 1).

Rosane Borges ilustra esse ponto ao afirmar que no Brasil atual “essa política da morte tem um endereço”: são “lugares subalternizados, com uma densidade negra” onde o Estado opera com uma espécie de licença para matar, legitimando a violência letal nos territórios marginalizados. “Por que se fala em genocídio da juventude negra brasileira? Porque se mata negros e os números são exorbitantes”, conclui a pesquisadora (FERRARI, 2019, p. 1). Assim, o racismo estrutural fornece o critério para definir quais vidas importam menos – ou nada – e podem ser sacrificadas em nome da ordem.

No campo da segurança pública, a necropolítica brasileira se evidencia nas práticas cotidianas e nas operações policiais de alta letalidade. Dispositivos legais e políticas implícitas criam verdadeiras zonas de exceção nas periferias urbanas, especialmente nas favelas e comunidades pobres, onde os direitos básicos são suspensos e a presença estatal se dá sobretudo pela força armada. Nesses espaços, habitantes (majoritariamente negros) são tratados como inimigos internos de uma guerra não declarada – a chamada “guerra às drogas” ou “guerra ao crime”.

Em consequência, operações policiais com características de incursões militares tornam-se recorrentes, muitas vezes resultando em dezenas de mortos sob a justificativa de confronto. A necropolítica manifesta-se tanto na ação quanto na omissão do Estado: não apenas pela bala disparada, mas também pelo abandono dessas populações, negando-lhes saúde, educação, saneamento e outros meios de sobrevivência digna. Essa realidade perversa cumpre exatamente o que Mbembe (2019) descreveu – a criação de “mundos de morte” dentro do tecido social, onde vigora uma forma contemporânea de soberania que decide continuamente quem pode viver e quem será deixado para morrer.

4.1 A Necropolítica em Ação: pele, carne, sangue

Um caso exemplar da necropolítica no Brasil foi a "Operação Escudo", conduzida pela Polícia Militar de São Paulo em 2023. Deflagrada em resposta à morte de um policial, a operação resultou em 28 mortos em pouco mais de um mês (SOARES, 2024), tornando-se a ação policial mais letal no estado desde o massacre do Carandiru (SOARES, 2024).

A narrativa oficial apresentava as vítimas como criminosos que "optaram por resistir", nas palavras do então Secretário de Segurança Pública (SOARES, 2024). Esse discurso traduz a lógica necropolítica ao culpar as vítimas por suas próprias mortes, legitimando-as como consequência de sua condição de "inimigos" do Estado. Essa versão, contudo, foi confrontada por inúmeras denúncias de moradores, que relataram execuções sumárias, tortura e invasões de domicílio (SOARES, 2024). A discrepância entre o discurso oficial e a realidade vivida expõe como o Estado de Direito é seletivamente aplicado, tratando comunidades pobres e majoritariamente negras como territórios de exceção.

A Operação Escudo não foi um fato isolado. No mesmo período, operações policiais na Bahia e no Rio de Janeiro elevaram o número de mortos para pelo menos 62 pessoas (MOURA; SILVA, 2024), evidenciando um padrão nacional de segurança pública assentado no extermínio. Essa realidade atualiza a função histórica do "capitão-do-mato", como aponta

Rosane Borges, argumentando que nossa polícia "substitui o capitão do mato" ao perseguir e violentar a "humanidade subalterna" nos territórios marginalizados (FERRARI, 2019).

A "guerra" contra um inimigo interno justifica a suspensão de direitos e transforma violações em "baixas de combate". Assim, o Estado exercita uma soberania dual: promove políticas de vida para alguns, enquanto administra ativamente a morte para outros. A linha que divide esses dois projetos de governança segue, inegavelmente, marcadores raciais e de classe, expondo o paradoxo de uma democracia que, na prática, opera por uma governança da morte.

4.2 O Caso João Pedro: A Necropolítica na Intimidade do Lar

A violência necropolítica não se restringe a operações em larga escala, mas invade também a intimidade dos lares. O assassinato de João Pedro Matos Pinto, um jovem negro de 14 anos, baleado dentro da casa de seus tios em São Gonçalo (RJ) durante uma operação policial em 2020, ilustra essa faceta brutal (ALVES, 2024).

O episódio expõe como o dispositivo de racialidade legitima a eliminação de corpos negros, tratando-os como alvos pré-marcados. A versão oficial, descrita abaixo, narra um suposto confronto que justifica a violência:

A residência foi invadida por policiais civis e federais que participavam de uma operação [...]. Na ocasião, a Polícia Civil afirmou que, durante uma perseguição, os criminosos invadiram o imóvel e entraram em confronto [...]. Após a troca de tiros, a casa, que pertence aos tios de João Pedro, ficou com 72 marcas de tiros (GAMA, 2023, p. 1).

A desproporcionalidade — 72 marcas de tiro em uma casa onde havia crianças — e o desfecho do caso demonstram o funcionamento do sistema. Os policiais envolvidos foram absolvidos, mesmo após o Ministério Público denunciar que a cena do crime fora alterada (ALVES, 2024). A morte de João Pedro foi tratada como um efeito colateral da "guerra ao tráfico", reforçando a impunidade.

O caso de João Pedro não é uma exceção, mas a materialização de um projeto que circunscreve a juventude negra como "matável". O controle sobre quais vidas importam e quais são descartáveis opera como uma engrenagem que impõe um regime de morte como forma de regulação social, gerando um impacto direto e contínuo na saúde mental da população negra, que vive sob a iminência da violência e a incerteza da própria existência.

Nesse contexto, o ato de narrar se torna uma afirmativa do viver, um enfrentamento ao apagamento imposto pela branquitude. A narrativa não apenas denuncia, mas também ressignifica e pluraliza os modos de existir, recusando-se a permitir que o ser negro seja reduzido ao silêncio ou à marginalização. Falar sobre João Pedro não é apenas contar sua

história, mas reinscrevê-la no presente, recusando a lógica da invisibilização. O narrar, portanto, não se limita ao lembrar, mas carrega consigo o viver, pois aquilo que é rememorado se torna real, atual e presente.

Desse modo, resistir é estar vivo, lembrar, contar as histórias que nos atravessam, torná-las vivas e afirmá-las como parte de um contínuo de existência e luta. Cada nome, cada narrativa, cada memória insurgente reivindica a vida daqueles que a necropolítica tenta apagar, conectando passado, presente e futuro. Como estrelas jovens que se tornaram ancestrais, suas histórias ecoam naqueles que seguem, em um grito silencioso que não se escuta, mas se sente, como uma poética do (fazer) viver.

A narrativa não apenas denuncia a violência, mas também ressignifica e pluraliza os modos de existir, recusando-se a permitir que o ser negro seja reduzido à estatística ou à marginalização. A arte, em suas diversas formas, emerge como um respiro e uma brecha nesse sistema. A musicalidade, em especial, carrega o poder de ressignificar dores e experiências, tornando-se um espaço de partilha, manifesto e produção de sentido. Como aponta na canção “Não Precisa Ser Amélia”, de Bia Ferreira (2018):

Sou mulher, sou preta, essa é minha treta
Me deram um palco e eu vou cantar
Canto pela tia que é silenciada
Dizem que só a pia é seu lugar
Pela mina que é de quebrada
Que é violentada e não pode estudar
Canto pela preta objetificada
Gostosa, sarada, que tem que sambar
Dona de casa limpa, lava e passa
Mas fora do lar não pode trabalhar

A narrativa musical entrelaça memórias, vivências e a luta cotidiana da população negra, reafirmando que a palavra, quando cantada e compartilhada, se transforma em um gesto político de resistência e reexistência. O ato de ser torna-se revolução, rompendo com os pontos finais impostos pela violência e criando novos caminhos, novas possibilidades de existência e continuidade. No livro *Olhos d'Água*, Conceição Evaristo (2021) nos lembra da preciosidade do ser e do viver como um ato de resistência, ao afirmar que, diante da opressão que violenta e mata, a população negra combina entre si de não morrer. Esse pacto silencioso, costurado na

coletividade, subverte a lógica da morte e reafirma a negritude como força que atravessa e reinventa o tempo.

A resistência negra não é apenas uma reação à violência, mas um compromisso com a vida. Para que ela se intensifique, é essencial não esquecer, não permitir que o apagamento cumpra seu papel. Memórias, lembranças e histórias se encontram e atravessam o indivíduo, recordando-lhe quem ele é, quem já foi e tudo o que ainda pode ser. Esse fluxo de lembrança e reinvenção rompe com a imobilidade do luto e se inscreve na dinâmica da vida, permitindo que existir seja um gesto de afirmação e potência.

Lembrar é permitir viver, e viver é garantir que a memória siga pulsante. A travessia da ancestralidade não se encerra na morte, mas se reinventa na continuidade, inspirando gerações e potencializando possibilidades. Entre o passado e o futuro, a vida negra se expande, se movimenta e se recusa a ser interrompida.

5. Conclusões

Este trabalho buscou analisar como os dispositivos de racialidade e a necropolítica, enquanto engrenagens do racismo estrutural, operam na gestão da vida e da morte no Brasil. Evidenciou-se que a violência não se resume à aniquilação física, mas se desdobra em múltiplas opressões que tentam silenciar e invisibilizar corpos e histórias negras. Contudo, se a branquitude e seus dispositivos buscam capturar e extinguir, a narratividade se impõe como ruptura, ressignificação e resistência.

Compreendemos que o racismo opera também pelo apagamento simbólico. Por isso, mais do que denunciar a violência, este estudo aponta para as formas de insurgência que emergem na contramão da lógica da morte. A narrativa, nesse contexto, torna-se um espaço vital de produção de memória e continuidade. Como nos ensina Walter Benjamin (2012), narrar não é apenas registrar o vivido, mas transformar a experiência em partilha e perpetuidade.

Lembrar é permitir viver, e viver é garantir que a memória siga pulsante. A travessia da ancestralidade não se encerra na morte, mas se reinventa na continuidade, inspirando gerações e potencializando possibilidades. Entre o passado e o futuro, a vida negra se expande, se movimenta e se recusa a ser interrompida.

Assim, leitor, este texto não se encerra em si mesmo, mas se abre como uma convocação: um chamado à reflexão crítica e à ação, à construção de imaginários onde a vida negra floresça. Abre-se, portanto, um cenário que busca a reverberação de histórias negras, é no liame da experiência que paira o aflorar da vida, é preciso que a violência **não assum**a a única narrativa possível. Se dispositivos de poder foram historicamente criados para delimitar

e extinguir existências, que a narrativa alegre do ser negro seja a fresta, a insurgência e o respiro para novas possibilidades de ser e viver.

Referências

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMA PRETA. Literatura é a minha maneira de não adoecer”, diz Conceição Evaristo na série Leituras Brasileiras. *Alma Preta*, São Paulo, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/literatura-e-a-minha-maneira-de-nao-adoecer-diz-conceicao-evaristo-na-serie-leituras-brasileiras/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ALVES, R. Após 4 anos da morte do jovem João Pedro, família aguarda Justiça decidir se policiais réus vão a júri popular. *GI*, Rio de Janeiro, 25 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/25/apos-4-anos-da-morte-do-jovem-joao-pedro-familia-aguarda-justica-decidir-se-policiais-reus-vaao-a-juri-popular.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ARAÚJO, D. F. M. DA S. DE; SANTOS, W. C. DA S. Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 4, p. 3024–3055, out. 2019.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BENJAMIN, W. O Narrador: Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Obras escolhidas I**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção do suicídio**: cartilha para profissionais da imprensa. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CNN BRASIL. Entregador é vítima de racismo em condomínio de luxo em Valinhos (SP). *CNN Brasil*, São Paulo, 08 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entregador-e-vitima-de-racismo-em-condominio-de-luxo-em-valinhos-sp/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DOLZAN, M. **Letalidade policial é a face mais explícita do racismo, diz pesquisadora**. *UOL Notícias*, São Paulo, 09 dez. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/12/09/letalidade-policial-e-muito-maior-entre-negros-diz-estudo-na-bahia-e-de-97.htm>. Acesso em: 11 jun. 2025.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Todavia, 2021.

FARIAS, E. Pesquisadora explica conceito de branquitude como privilégio estrutural. *Agência Fiocruz*, Rio de Janeiro, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/pesquisadora-explica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FERRARI, H. O genocídio da juventude negra no Brasil, segundo especialistas. *HuffPost Brasil*, 28 fev. 2019.

FERREIRA, B. Não Precisa Ser Amélia. In: **Igreja Lesbiteriana, um Chamado**. [S.l.]: Álbum/Independente, 2018. 1 faixa (4 min).

FIGUEIREDO, A. E. B. **Risco de suicídio em adolescentes brasileiros**: um estudo de base populacional. 2019. Tese (Doutorado em Epidemiologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GAMA, G. Caso João Pedro: policiais acusados pela morte de menino no RJ serão ouvidos nesta quarta (2). *CNN Brasil*, 02 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/caso-joao-pedro-policiais-acusados-pela-morte-de-menino-no-rj-serao-ouvidos-nesta-quarta-2/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

IEPS. Homens negros morrem 4 vezes mais do que brancos em vias públicas por disparos de arma de fogo, revela Boletim Çarê-IEPS. *Instituto de Estudos para Políticas de Saúde*, Rio de Janeiro, 27 maio 2024. Disponível em: <https://ieps.org.br/homens-negros-morrem-4-vezes-mais-do-que-brancos-em-vias-publicas-por-disparos-de-arma-de-fogo-revela-boletim-care-ieps/>. Acesso em: 09 mar. 2025.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MORAES, M. “Genealogia - Michel Foucault”. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <http://ea.ffeich.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>. Acesso em: 05 dez. 2024.

MOURA, A.; SILVA, C. (Coords.). **Racismo em Pauta**: panorama da violência contra pessoas negras no Brasil em 2023. Rio de Janeiro: Anistia Internacional Brasil, 2024.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Pele Alvo**: a cor que a polícia apaga. Rio de Janeiro: CEsC, 2024.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2020.

SOARES, G. Operação Escudo: o que se sabe sobre a ação da polícia na Baixada Santista. *GI*, São Paulo, 28 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/07/28/operacao-escudo-um-ano-de-violencia-confrontos-e-de-alto-indice-de-mortes-que-era-esperado-diz-defensoria.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2025.

VEJA. Bolsonaro no Clube Hebraica: "Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas". *Veja*, São Paulo, 04 abr. 2017.

VEJA. O drama de Evaldo Rosa, o músico fuzilado pelo Exército. *Veja*, São Paulo, 19 abr. 2019.

Donde quieren silencio y muerte, sembramos voces y luchas: dispositivos de racialidad y necropolítica

Resumen

Este ensayo teórico investiga la operación de los dispositivos de racialidad y la necropolítica en la sociedad brasileña. A partir de la articulación entre el biopoder de Foucault y la necropolítica de Mbembe, se analiza cómo el racismo estructural gobierna no solo la vida, sino también la muerte, delimitando qué cuerpos son susceptibles de exterminio físico y simbólico. Mediante el análisis de datos sobre la violencia de Estado y casos emblemáticos, el estudio demuestra la materialidad de estos conceptos en la vida cotidiana. Como contrapunto, se argumenta que la narratividad —en el arte, la memoria y la literatura— emerge como una práctica política de resistencia e insurgencia. El artículo concluye que, frente a un proyecto de muerte, el acto de narrar es una herramienta fundamental para la afirmación de la vida, la memoria y la dignidad negra.

Palabras claves: Racismo; Dispositivo; Narrativa; Poder.

Là où ils veulent le silence et la mort, nous semons des voix et des luttés : dispositifs de racialité et nécropolitique

Résumé

Cet essai théorique examine le fonctionnement des dispositifs de racialité et de la nécropolitique dans la société brésilienne. En articulant le biopouvoir de Foucault et la nécropolitique de Mbembe, l'article analyse comment le racisme structurel régit non seulement la vie, mais aussi la mort, en délimitant quels corps sont sujets à l'extermination physique et symbolique. À travers l'analyse de données sur la violence d'État et de cas emblématiques, l'étude démontre la matérialité de ces concepts au quotidien. En contrepoint, il est avancé que la narrativité — dans l'art, la mémoire et la littérature — émerge comme une pratique politique de résistance et d'insurrection. L'article conclut que, face à un projet de mort, l'acte de narrer est un outil fondamental pour l'affirmation de la vie, de la mémoire et de la dignité noire.

Mots-clés: Racisme; Dispositif; Récit; Pouvoir.

Where They Want Silence and Death, We Plant Voices and Struggles: Devices of Raciality and Necropolitics

Abstract

This theoretical essay investigates the operation of devices of raciality and necropolitics in Brazilian society. Articulating Foucault's biopower and Mbembe's necropolitics, it analyzes how structural racism governs not only life but also death, defining which bodies are subject to physical and symbolic erasure. Through the analysis of data on state violence and emblematic cases, the study demonstrates the materiality of these concepts in daily life. As a counterpoint, it is argued that narrativity—in art, memory, and literature—emerges as a political practice of resistance and insurgency. The article concludes that, in the face of a project of death, the act of narrating is a fundamental tool for the affirmation of Black life, memory, and dignity.

Keywords: Racism; Device; Narrative; Power.